

Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade

Júlio César Ribeiro

Mestre em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP,
campus de Presidente Prudente.

Marcelino Andrade Gonçalves

Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de
Presidente Prudente, e membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho).
Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305 – Presidente Prudente – SP CEP 19060-900.

Resumo

As muitas concepções que permearam o significado de *região* transmutaram-se tanto ao longo do tempo, e foram tão variadas e por vezes contraditórias as suas formulações, que muitos autores na contemporaneidade chegam mesmo a afirmar que esta teria perdido um *status* científico no entendimento do real; ou então tal descrédito teria seu assento na própria complexificação do tecido social que, global, descaracterizaria, pretensamente, sua existência no mundo hodierno, por não se assemelhar em nada ao que até então, historicamente, se vinha concebendo. Nossa pretensão é aguçar mais este debate, reforçando uma perspectiva por vários autores já iniciada de entender a especificidade deste conceito nas modelações novas e próprias do mundo atual, através das relações sociais de produção que imprimem as marcas essenciais deste novo (re)arranjo do homem com o seu meio (técnico-científico-informacional).

Palavras-chave

Região – Geografia – ideologia – poder – capitalismo.

Terra Livre	São Paulo	n. 17	p. 79-98	2º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

Introdução¹

Esse texto volta-se para a necessidade premente de fortalecimento de uma problematização atual acerca de um conceito mais especificamente utilizado pelo meio geográfico: o de *região*.

Para tanto, como ponto de *partida* e de *retorno* teórico à realidade, para a sua compreensão, comprovação e/ou reformulação constante, escolhemos aquilo que é denominado como a “região” de Presidente Prudente, município localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo.

Objetivando uma (re)conceitualização que nos forneça, uma compreensão ao mesmo tempo “regional” e global da realidade, buscaremos verticalizar uma discussão que contemple os conceitos clássicos, tradicionais e também contemporâneos, e o contexto político-econômico em que, em grande parte, se enquadrava a ciência geográfica, para que, concomitantemente, possamos desvendar os interesses latentes dos sujeitos sociais que os criam e/ou difundem.

Isto faremos por entender que são os conceitos significados sociais atribuídos pelos sujeitos numa dada realidade. Dessa forma, os conceitos não são neutros e suas formulações e significações estão envolvidas em interesses sociais muitas vezes ocultos; para revelá-los, faz-se necessário o desvendamento da realidade e do contexto histórico-concreto em que se inscrevem, pois, se os conceitos são roupagens, devemos entendê-los a partir da própria realidade em que são tecidos (Ribas et al., 1999). O que significa dizer que para entender o conceito de *região* devemos indubitavelmente nos lançar em direção ao desvelamento dos objetivos político-econômico-ideológicos de seus “elaboradores”, já que há uma relação interativa sujeito-objeto, ou cientista-realidade, em sua confecção. O que requer uma atenção mais detida de nossa parte.

A seguir, faremos uma tentativa de rever o conceito político-administrativo do que se costuma denominar como região de Presidente Prudente. O que (ou quem), afinal de contas, torna essa porção territorial uma *região*?

Caracterização geral da evolução histórica do conceito de região na Geografia

Assim como a palavra *geógrafo*, surgida em 1537 na Europa, a palavra *região*, cuja origem remonta também ao século XVI, comporta um significado histórico atribuído por uma dada organização social.

Dessa forma, entendemos que as palavras (aqui, região e geografia) ultrapassam as barreiras do tempo, sedimentando-se no discurso e na linguagem social.

1. Texto produzido no 4º ano do curso de graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia, *campus* da UNESP de Presidente Prudente.

Contudo, entendemos também que os significados ou conteúdos que guardam estas palavras se modificam, complexificando-se e se proliferando de acordo com as mudanças ocorridas no seio das próprias organizações sociais².

Implícito à organização socioespacial de uma época, devemos aqui ressaltar, estão os interesses e ações hegemônicas que ditam os contornos e remodelações a se constituírem em discursos ideológicos; fazendo com que as demais classes incorporem tal “discurso” e os conceitos que este guarda; entenebrecendo a lógica que os anima, substantiva e que lhes dá significância.

Atentemos então para o fato de que etimologicamente o termo *região*, segundo Ruy Moreira, “vem de *regere*, quer dizer reger, dirigir, governar, expressão de claro matiz militar e estatal” (Moreira, 1993, p. 7). Daí, não sem razão, terem se desenvolvido no findar do século XIX, notadamente em forma de discurso, os pressupostos teóricos e geográficos cuja “cientificidade” visava, direta e/ou indiretamente, possibilitar a constituição de um novo (re)ordenamento político-militar, econômico e espacial, em escala mundial.

A seguir exporemos, de maneira sumária, a evolução das correntes geográficas, que optamos por dispor em cinco distintas fases. Sem cometer um esquecimento, como nos advertiu Corrêa (1991), a respeito da coexistência destas fases ao longo do tempo, visto que o que quase sempre ocorre é a predominância de algumas sobre as demais e não necessariamente esquecimento automático quando efetuada a transição das concepções reinantes, no trono do que histórico-espacialmente se concebe como científico.

Não queremos assim excluir as muitas outras formas de classificação sobre a temática (cf. Moreira, 1993). Preferimos tão-somente optar por uma forma mais didática – e nem por isso simplista, a ponto de sugerir pretensamente qualquer omissão – e que forneça um melhor entendimento possível sobre o que aqui nos propomos.

Esta lembrança realizada por Ruy Moreira, de que a *região* se punha como um substrato ideológico de classes hegemônicas, refere-se àquilo que inicialmente, na Geografia, ficou denominado como a corrente do *determinismo ambiental*. O que inicialmente iremos tratar...

A corrente determinista

Essa vertente teórico-metodológica da Geografia, conforme dito, veio responder aos anseios de uma casta social hegemônica em uma determinada época. Trata-se de anseios eminentemente político-econômicos.

Já a condição de sua efetivação se vislumbrava pela expansão e pelo domínio territoriais do Estado-nação, bem como pelos recursos contidos nas áreas que iam sendo apropriadas. Uma estratégia que necessitava e, por isso, se fazia atrelada a um contexto parti-

2. Sobre a criação de sentidos, palavras e significados sociais numa dada época, segundo a forma da organização e (re)produção societária, ver Gonçalves, 1996.

cular de políticas territoriais e de delimitação e conhecimento cartográfico da topografia, com fins a se desenvolver e traçar, na concepção ratzeliana, “a lógica da guerra dos Estados” (Moreira, 1993, p. 7).

Foi nessa seara de múltiplas determinações que se desenvolveu o objeto e o objetivo da Geografia: numa fase de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e imperialista.

Daí ter sido fortalecida esta vertente teórica no campo do saber geográfico de fins do século XIX. Seus preceitos básicos sagravam o estudo da relação *homem-meio* com base no método positivista³, que afirma serem as condições *naturais*, especialmente a climática, *determinadoras* do comportamento humano.

Além de ter defendido sua formulação, por influência positivista, Ratzel defendia também a idéia de que “haveria um método comum a todas as ciências”⁴.

Para esta Geografia Tradicional seria o clima a “alma da natureza”, no dizer de Moreira (1993). Os seus elementos físicos (temperatura, pressão e umidade), por sua vez, em seu entrecruzar com os “acidentes” do terreno (fatores do clima: latitude, altitude, maritimidade, continentalidade, etc.), comporiam, região a região, a especificidade de seu clima.

O clima seria então, nesta acepção, a região em que a temperatura e as demais condições atmosféricas seriam as mesmas, em geral, de “região”, terra, país; encarnando, portanto, o ente geopolítico da Geografia: o território. Onipresente no todo da natureza, o clima define a base territorial das regiões, diferenciadas pela arrumação geográfica dos lugares. Para Moreira (1993), nesta formulação “o movimento climático mais parece um artista plástico”.

Em meio a esta disputa é que foi forjado o objeto científico da Geografia – todavia, vale a ressalva de não ser esta ciência solitária neste processo: a ela se juntaram todas as demais ciências então existentes, que por esta trilha se enveredavam.

Deveria a Geografia agora expressar os interesses das classes hegemônicas da época. Estariam assim criadas as “justificativas” teóricas para que a expansão territorial e econômica se consubstanciasse.

Nesse contexto, a unificação da Prússia, com a criação e expansão territorial da Alemanha, se embasava ideologicamente em um discurso militar nacionalista, com a convicção na idéia de que a “superioridade” de um (seu) povo seria proporcionada pelas condições do meio em que este se encontrasse. Esta a “justificativa” a que o Estado alemão, governado pelo militar Bismarck, se voltou para cristalizar o seu “necessário” expansionismo, entendido como fundamental à ampliação de seu *espaço vital*, equilibrando a rela-

3. O positivismo foi criado na França do século XVIII por Auguste Comte (1798-1857). Tratava-se de uma resposta conservadora, em um dado momento de instabilidade política, à propensão então existente às convulsões sociais. Algumas de suas características centrais encontram-se embasadas na: a) concepção de mundo como o senso-perceptivelmente apreendido; b) a separação da filosofia da/ciência (que passa a ser vista como um pensamento superior); c) o tratamento dos fenômenos como coisas e as suas relações como relações entre coisas (a coisificação dos fatos/fenômenos) e; d) a apreensão do conhecimento somente por intermédio do método experimental, que veio a redundar no triunfo da técnica sobre o pensar. Mais a este respeito, Moreira, 1993.

4. Ver Ratzel, 1990, p. 12 (Introdução de Antonio Carlos Robert de Moraes).

ção *população-recursos*. Havia, dessa forma, uma incorporação no discurso geográfico das teorias naturalistas, bastante em voga na época⁵.

Os deterministas entendiam o Homem como um elemento adaptativo às “condições naturais (que) são entendidas como estímulos ou freios para o desenvolvimento dos povos”⁶.

A população, destarte, adaptar-se-ia às condições “naturais” reinantes nas *regiões*, que teriam, nas palavras do alemão Alexander von Humboldt, o “carácter particular e fisionomia própria derivados da constituição do solo, diferenças de clima e elevação sobre o nível do mar” (Humboldt, 1957, p. 6). Cabendo, pois à “geografia geral (...) ligar a constituição física de regiões separadas por vastos intervalos, mostrando em alguns traços a utilidade de tal comparação” (idem, p. 12).

A região seria então identificável segundo os caracteres relacionados como próprios e constantes, uma vez que, no conceber do alemão Ratzel: “tudo que se refere à natureza, ao ambiente, é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem” (Ratzel, 1990, p. 32).

Entendia-se a Geografia como a ciência voltada para a descrição, a caracterização e a classificação das regiões (e suas populações) a partir das particularidades das suas “condições naturais”.

Estava este discurso não apenas a esconder os interesses do capital para o entendimento das *regiões* (partes) do mundo – e, conseqüentemente, de seus recursos naturais –, como também a ocultar a expansão e a dominação econômico-territorial e ideológica do capital, a lhe dar as mãos neste processo⁷. Ou seja, de forma alguma as transformações processadas em nível infra-estrutural – como hoje, costumeiramente, isto já se entende no meio científico – se faziam desconexas dos intuítos e procedimentos teleológicos das camadas hegemônicas, recheadas de sua visão de mundo.

O saber geográfico, desta forma, é algo que se coloca como instituído e instituinte no/do mundo. O seu significado etimológico de *grafar a terra* (ou seja, marcar a terra) era remodelado teórico-conceitualmente segundo as novas exigências presentes na reorganização societária (cf. Gonçalves, 1996).

Tal metodologia científica, de raízes positivistas, acreditava poder elaborar um entendimento do mundo a partir simplesmente da incansável somatória destas regiões, estas “infinitas partes”, permitindo a compreensão de sua constituição “física”, sua “natureza”.

Uma aproximação crítica inicial já nos permite apontar alguns sérios erros que contemplam essa visão, ao nosso ver.

O primeiro reside no fato de se considerar a *região* como o “físico”, o imutável, ou seja, o não-humano ou tudo aquilo que lhe é exterior. Acreditamos, porém, que os limites teórico-metodológicos dessa concepção encontram-se nas próprias necessidades hegemô-

5. Para uma maior verticalização sobre a influência das teorias naturalistas, consultar Corrêa, 1991.

6. Ver Ratzel, 1990, p. 21 (Introdução de Antônio Carlos Robert Moraes).

7. “Na realidade, o determinismo ambiental configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem. Justificam, assim, o sucesso, o poder, o desenvolvimento, a expansão e o domínio” (Corrêa, 1991, p. 10).

nicas desse período, já que o *físico* não é apenas o “não-humano”, o “mundo inorgânico”, as rochas, o solo, o mar etc., e sim tudo aquilo que possui uma empiricidade evidente, inclusive o homem (Smith, 1988; Moreira, 1980). A fisicidade dos objetos e elementos que compõem a Natureza está na sua concreticidade empírico-material e, por ser o homem um ser cuja anatomia e empiricidade se apresenta como algo sensoperceptivelmente inegável, refutamos de imediato tal argumentação; acreditamo-la mecanicista, se não idealista, porque fundamentada na concepção que só faz exteriorizar o homem da natureza, separando na mente o que de fato é inseparável.

Aliás, a reificação deste exteriorizar do homem da natureza é o outro erro, perpetuado por interesses econômicos, que tão-somente corroborava para classificá-la como mera *fonte de recursos* a serem apropriados e utilizados desmesuradamente pelos seres humanos (alguns mais que outros, é claro!). Se se dessacralizava a Natureza e o Homem também dela se apartava, tornando-se “exterior” e sobrelevado a ela, era para que dela pudesse em todas as dimensões possíveis se apossar e usufruir. Todavia, lembrando aqui célebre passagem marxiana: “o homem é a natureza tomando consciência de si mesma”, é parte e elemento interagente da natureza, a natureza pensante e agente conscientemente⁸; produzindo, material e imaterialmente, por meio do trabalho social, o meio em que vive, e que, se estabelece uma natureza social conflituosa, é porque encontra-se este tal universo societal organizado em classes sociais contraditórias.

Mas vejamos agora o que veio a ser o que se convencionou denominar possibilismo.

A corrente possibilista

O *possibilismo* surgiu na França do século XIX. Tinha no centro das discussões a relação *homem-meio natural*. Contrapunha-se ao *determinismo*, afirmando teoricamente o não-determinismo do meio natural sobre o homem. Contrapondo-se, assim, às idéias do determinismo ambiental alemão imputado a Ratzel. Não obstante, a ele elevando-se, da mesma forma, sob parâmetros metódicos ancorados no positivismo.

O que se tem de fato nada mais é do que a disputa político-econômica das classes soberanas destes Estados sendo levada para a arena do debate teórico e científico, pautada, de acordo com Milton Santos, na

“famosa polêmica entre ‘deterministas e possibilistas’, estes dizendo-se alunos de Vidal de La Blache, arrogando-se o privilégio de incluir a ação do homem como um fator a considerar e admitindo que os ‘deterministas’ (denominação que os ‘possibilistas’ atribuíram a Ratzel e seus discípulos) davam prioridade aos fatores naturais cuja causalidade é considerada como irrecusável” (Santos, 1996b, p. 24).

8. Um aprofundamento inicial sobre a discussão do homem enquanto *ser*-componente da natureza pode ser conseguido com: Fromm, 1964; Gonçalves, 1989; Marx, 1964.

Um momento histórico como este, em que a expansão e a conquista territorial estavam na ordem do dia, propiciou a gestação de um discurso científico e político que serviu de base às constantes investidas das grandes “nações” sobre certas regiões do mundo, a ser encabeçadas, sobretudo, por uma Alemanha e uma França sequiosas por maior expansão. Investidas territoriais voltadas não apenas para a dominação de “novas” terras – estabelecendo novas colônias, principalmente no continente africano, ou “novos” territórios cheios de riquezas a serem exploradas – como também a preservação daqueles já dominados territórios.

A expansão territorial alemã encontra fundamento na teoria do *espaço vital* de Ratzel, que legitimava o projeto expansionista por meio da “naturalização” da competitividade, e mesmo da guerra entre as nações.

Estas idéias punham em perigo os domínios territoriais franceses, inclusive de seu próprio território. Tornando a contraposição dos projetos da Alemanha necessária na tríade da política, ideologia e ciência.

Por isso, “Quando se fala de *fronteiras naturais*, quando se escutam alusões a *espaço vital*... Cuidado! Tratemos de investigar a que imperialismo estarão estes mitos a servir de máscara”⁹.

Vê-se assim que a corrente teórica possibilista francesa surgiu em contraposição às idéias do alemão Ratzel, como que criando, em discurso, as validações necessárias à conformação de suas práticas “nacionais” (ou, mais especificamente, de seus grupos dominantes). Afirmava que na relação homem-meio natural não haveria a determinância do meio natural sobre o homem. O que se estabeleceria, para esta corrente do pensar geográfico, seria uma relação ativa do homem para com o seu meio (condição de influência), ou então uma relação e condição passiva (de influenciado); sem ser possível calcular, na maioria dos casos, a medida ou o nível desta relação. Esta é a idéia fundamentada pela escola possibilista *lablacheana*.

A fundamentação teórica possibilista asseverava que o homem, com o seu desenvolvimento de técnicas e instrumentos, tornara-se um ser ativo, (re)adaptando-se e/ou dando novas configurações ao “meio natural”, podendo suplantar ou superar suas condições inóspitas ao utilizar as condições e *possibilidades* existentes no seu próprio meio. Neste sentido, La Blache afirma que foi por meio do trabalho humano, dimensionado à modificação do meio, que algumas plantas, sobretudo as que servem de alimentos, tornaram-se dominantes em várias áreas, pois, ao eliminar suas concorrentes naturais na região, o homem colaborou e colabora para sua predominância e seu destaque (La Blache, 1954).

Desta feita, considerando o grupo humano capaz de realizar transformações no “meio natural” – levando em conta que este processo dar-se-ia de forma diferenciada de região para região, já que todas possuem a sua singularidade –, o possibilismo toma a *unidade regional* como seu objeto de estudo.

9. La Blache, 1954, p. 8 (Prefácio de Martins Fernandes).

Entendendo como partícipe e componente dessa unidade regional o “elemento” ou grupo humano. Este, para La Blache, atuaria “na superfície terrestre, até nas regiões onde a população parece formar um conjunto dos mais coerentes”, constituindo-se “numa multidão de grupos ou células, vivendo, como as do corpo, uma vida comum” (La Blache, 1954, p. 69).

Ainda que tomando o homem como elemento componente da região, a teoria *lablacheana* considerava a vegetação a marca mais expressiva desta unidade¹⁰.

A região, nesta forma de compreensão, é o *locus* da coexistência de formas de vidas vegetais e animais numa combinação harmônica e singular. Sendo esta harmonia considerada pelo resultado direto das imbricações dos diversos elementos vivos ali interagentes, inclusive o homem. Esta combinação histórica toma a região como um organismo vivo e completo, caracterizada por uma combinação ímpar e, conseqüentemente, autóctone, distinta e separável das demais.

A teoria possibilista francesa, além de se contrapor ao determinismo alemão, fortaleceu na Geografia um conceito de região como sendo uma unidade singular, constituída harmonicamente pela coexistência de seres vivos diversos, conferindo-lhe uma característica inerente e pretensamente distinguível pelo cientista.

Consideramos que o homem, apesar de ser visto na teoria possibilista como agente, e por vezes ativo na região, quase sempre se apresenta, contraditoriamente, como incapaz de imprimir as suas marcas de forma significativa nestas, ou pelo menos comparece como que tendo suas ações relativizadas ou marginalizadas nestas, por serem as condições naturais do território os caracterizadores elementares das muitas e vastas regiões do globo. Isto é, não obstante o destaque teórico conferido à presença e à influência do homem na paisagem e na conformação regional, sempre que mais passiva a sua atuação, tendencialmente mais sobrelevada a relevância atribuída aos aspectos vegetativos; talvez apenas por ser esta uma forma histórico-espacial de sobrevalorizar um dos elementos sensórios (visão) como digno determinador da singularidade regional.

Entendemos, como Moraes (cf. Ratzel, 1990), que não é o território o sujeito das ações, mas sim os homens. Se em sua época, inevitavelmente, foram acolhidas as teses *lablacheanas*, atualmente torna-se seu dúvida quase impossível um tal distinguir regional a partir de bases prioritariamente vegetativas; mesmo porque se muitas assim se apresentam isto se deve muitas vezes à consideração que a sociedade atribui na conformação e na não-modificação deste tipo de quadro regional (seja como preservação, conservação, especulação etc.) Por este veio interpretativo, o que cremos fundante e determinador das características do território, e conseqüentemente das regiões, são notadamente as ações humanas, pois estas é que imprimem nas regiões as marcas das contradições presentes nas

10. “A fisionomia da vegetação é tanto a marca mais expressiva de uma região, como a sua ausência é um dos factos que mais nos impressiona. Quando tentamos invocar uma paisagem, já esfumada nas nossas recordações, não é a imagem de uma planta em particular, de uma palmeira ou de uma oliveira, que nos representa na memória; é antes o conjunto dos diversos vegetais que revestem o solo, que lhes sublima as ondulações e contornos” (La Blache, 1954, p. 30-2).

relações sociais de organização e (re)produção societária, porque submetida a malha social ao controle metabólico do capital, constituindo-se pois, nos elementos diferenciadores das regiões, hoje mais do que nunca. Além disso, como já observado, tal distinção científica leva em conta embutida, aprioristicamente, uma forma sensória de captação do real¹¹.

O método regional

Veio, por sua vez, este método a opor-se ao *determinismo ambiental* e ao *possibilismo*.

Em seu prisma interpretativo, a diferenciação de áreas redundava da apreensão intelectual da multiplicidade de fenômenos heterogêneos agrupados numa porção da superfície terrestre.

O estudo da diferencialidade das áreas torna-se, *par excellence*, o novo objeto científico-geográfico. Método que se distancia das concepções até então tratadas, que se escravavam no estudo da relação *homem-natureza*.

Representante desse método na Geografia, Ritter veio, na primeira metade do século XIX, a ampliar estudos que já vinham sendo desenvolvidos desde os séculos XVII por um Varenius e por Kant no século XVIII.

Apesar do substantivo acúmulo histórico dessa vertente teórica, a sua expressividade viu-se ofuscada pela disputa mais acirrada travada entre as correntes determinista e possibilista.

Somente então, a partir dos anos 40 é que esse método científico começou a ganhar expressividade, substancialmente nos Estados Unidos, onde coube ao geógrafo Hartshorne fortalecer tal “nova” perspectiva (ver Hartshorne, 1978).

Cria Hartshorne, nas palavras de Corrêa, que a partir desse método geográfico se construiria a “integração entre fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre” e “da integração destes – estudados sistematicamente pelas outras ciências –, surge a geografia como uma ciência de síntese” (1991, p. 15).

Dado o contexto existente, essa corrente não tardou a expandir-se internacionalmente, por haver um claro interesse econômico a lhe servir de estímulo, interesse que remonta à expansão mercantilista (séculos XVI e XVII), defendida e propalada, principalmente, pelas grandes corporações e aparelhos estatais.

Com isto, a *diferenciação de áreas*, o “novo” objeto da Geografia, passa a merecer a maior atenção estadunidense.

Diz-nos Hartshorne que “O objeto da geografia regional é unicamente o caráter variável da superfície da Terra – uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais, em qualquer nível da divisão, são como as partes temporais da história, únicas em suas características” (Hartshorne, apud Corrêa, 1991, p. 16).

Nesta limitada concepção metodológico-conceitual *hartshorneana*, a região nada mais seria do que a integração, única, de fenômenos heterogêneos.

11. Esta idéia foi-nos apresentada pelo Prof. Cláudio B. O. Ferraz, numa de nossas conversas realizadas neste *campus*.

Avancemos agora sobre aquilo que, sob uma *nova* capa, guardava muito daquelas feições tradicionais...

A Nova Geografia

A *Nova Geografia*, ou a Geografia Quantitativa, surgida nas décadas de 1960 e 1970, fundamentava-se em um positivismo lógico, embasado em uma objetividade total negadora do papel da subjetividade do cientista (Corrêa, 1991, p. 32-3).

Moreira classifica esta corrente de “superempírica”, por enraizar-se em um neopositivismo geometrizar e reducionista do conceito de natureza. Aliás, a natureza “passa a ser essencialmente um feixe de variáveis matematicamente correlacionadas, um modelo matemático e não mais que isso” (Moreira, 1993, p. 3).

Por esta corrente foi intensamente influenciado o meio acadêmico-científico, principalmente o geográfico, levando cientistas como Wrigley a afirmar que as técnicas estatísticas, “se corretamente utilizadas, permitem uma maior precisão (...) os problemas práticos e metodológicos da geografia são de tal natureza que a utilização das técnicas estatísticas é adequada para exercer uma forte atração” (Wrigley, 1965, p. 17, apud Santos, 1996b, p. 45).

Fato por si já suficiente para demonstrar, no entender de Santos (op. cit.), essa procura da Geografia por uma “linguagem matemática”. Com este método, se procura firmar um descrever sempre aliado às análises dos mais variegados aspectos/tipos dos agrupamentos; uma intensa busca para que fossem os “mais precisos, os mais gerais e os mais dotados de um valor de previsão” (Santos, 1996b, p. 45).

Para Corrêa, a região “se define como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outros conjuntos de lugares” (1991, p. 32). Contudo, segundo o mesmo autor, este método de análise (estatístico-matemático), de destacada base de constatação empírica, apesar de muito influenciar teoricamente a Geografia, não chegou a ser aplicado significativamente à região, por serem criadas algumas divisões regionais pautadas nesta concepção lógico-positivista que estariam expostas sob dois enfoques.

Sobre o primeiro enfoque, ressalta Corrêa que as regiões se apresentariam como *simples* e *complexas* – o que não significaria, necessariamente, que uma excluísse a outra, podendo ambas coexistir ou se sobrepor concomitantemente. Em relação à primeira, a região *simples*, a sua definição e/ou caracterização encontra-se pautada efetivamente em uma variante analítica, ou seja, em apenas um único dado de constatação, que pode ser o nível de renda da população, os tipos de solos, a criação de bovinos, etc. No que concerne ao segundo tipo de classificação, o da região *complexa*, observa-se ser ela o fruto de um estudo sustentado em um conjunto de elementos ou variantes à análise, geralmente reduzidos a alguns poucos para que o estudo se realizasse de forma mais efetiva, com base em técnicas estatísticas, a análise fatorial; um exemplo disso poderia ser a divisão de um país

em múltiplas regiões econômicas que, por extensão, seriam classificadas a partir da escolha de uma série de variantes, como densidade demográfica, urbanização, produção agropecuária etc. (Corrêa, 1991, p. 34).

Quanto ao segundo enfoque, afirma ainda Corrêa que as regiões apresentar-se-iam como *homogêneas* ou *funcionais*. No seu entender, o que caracterizaria o primeiro caso seria o fato de elas serem consideradas como um agregado de áreas em que a descrição das características dar-se-ia pela sua invariabilidade, ou imutabilidade, verificada na dimensão espaço-tempo. Não havendo pois, preocupação com o movimento/dinâmica da realidade, por serem definidas por características estatísticas, como densidade da população, tipo de clima, produção agropecuária etc.

Em relação às regiões *funcionais*, ressalta que o que as definiriam seriam o movimento ou o fluxo de pessoas, as mercadorias, informações, decisões etc., o que, de sua parte, caracterizá-las-ia como regiões de tráfego rodoviário, de migrações diárias para o trabalho, de influência comercial das cidades etc.

As duas formas de classificação aqui esboçadas seriam, diferentemente das citadas anteriormente (as regiões *simples* e *complexas*), excludentes entre si. Regiões *funcionais* e *homogêneas* não poderiam coexistir em um mesmo entrecruzar espaço-temporal (Corrêa, 1991, p. 34-35).

Estes os procedimentos metódicos e metodológicos a que os cientistas deveriam atentar e com os quais se municiar para dar conta de captar a essência caracterizadora da região, sob este olhar da Geografia científica então produzida.

Para finalizar, após tudo o visto, é a região entendida como um produto da idealização do sujeito-cientista-pesquisador. Devendo haver, portanto, uma visão totalizante por parte deste; seu procedimento analítico será identificar/definir as suas características: “Ao contrário da nova região vidaliana, a da nova geografia não é considerada uma entidade concreta, e sim uma criação intelectual balizada por propósitos especificados” (idem, p. 33-34).

Deve-se ressaltar que não se trata de uma *totalidade concreta*¹², elaborada dialeticamente. O que existe é a exacerbação de uma separação matemática das partes do todo e depois sua soma, que agrupadas supostamente comporiam este todo ideal.

Assistiu-se a uma quantificação e a uma fragmentação analíticas que descambaram em matematização e tratamento paisagístico dos fenômenos¹³. Erigiu-se um método na Geografia que escondia o processo histórico constituinte da sociedade, sua dinâmica e seu movimento.

Nada mais do que o registro de uma “fotografia” de momento(s) do movimento prestou este método.

12. Sobre esse conceito, ver Kosik, 1995.

13. Em relação ao erro de se considerar a realidade a partir ou somente por meio de sua manifestação fenomênico-paisagística dos fatos, sem maiores preocupações com a sua essencialidade subjacente, sugerimos como um meio inicial de aprofundamento Kosik, 1995; Ribas et. al., 1999.

A Geografia Crítica

Esta corrente do pensamento geográfico se fortalece na década de 1970, mas tem as suas origens históricas no final do século XIX; seus precursores: Élisée Réclus e Piotr Kropotkin.

Pautava-se no método do materialismo histórico-dialético, na busca pela compreensão da sociedade em seu movimento histórico e a partir de sua dimensão espacial. Procurando, com isso, contribuir para a formação de uma visão crítica da sociedade, já que se presenciava fortemente, no meio geográfico, uma adequação e uma reformulação da “capa” e da roupagem teórica sempre a serviço das classes hegemônicas.

A *Geografia nova* surge contrapondo-se a corrente teórica que fundamentava a *Geografia Quantitativa* e que se mostrava “para alguns geógrafos de horizontes abertos, que tinham se dedicado à pesquisa nas áreas urbanas e no Terceiro Mundo, a esterilidade da ‘Nova Geografia’ para a solução dos problemas da sociedade” (Corrêa, 1980, p. 258).

A Geografia Crítica procura então fazer uma reinterpretação das teses da Nova Geografia, concebendo no desvelar das contradições, postas na luta de classes, no confronto *capital x trabalho*, a possibilidade de transformação social. Pretendendo por esta via entender o movimento contraditório da sociedade capitalista para transformá-la como um todo. E exerceria a Geografia um importante papel nesta transformação.

Para tanto, se fazia necessária a transformação da Geografia oficial ensinada, visto que, no entender de Oliveira (1980, p. 265), “É mais que importante abrir caminho ao questionamento da Geografia Oficial ensinada. É preciso bombardear esta Geografia Oficial e seus seguidores, tendo sempre uma perspectiva aberta em direção à transformação da sociedade como um todo”.

Os geógrafos adeptos da Geografia Crítica buscam a construção de uma ciência geográfica transformadora. Considerando que, se a produção científica não buscar uma *práxis transformadora*¹⁴, certamente trabalhará para o oposto, ou seja, para a conservação das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. O silenciar passa a ser cada vez mais visto como o compactuar e, o que desemboca na mesma questão, a neutralidade científica positivista recebe abominação até então jamais vista entre os campos do saber.

Busca-se também, dessa maneira, a afirmação de uma Geografia enquanto ciência social, que tenha como objetivo discutir não o Homem mas os homens e suas relações sociais de produção, repensando a relação *homem-natureza* sob os pressupostos teórico-metodológicos fundamentados no materialismo histórico-dialético; negando o caráter de “ciência natural” que por tanto tempo vinha embebendo a Geografia.

A este respeito, afirmou Moreira: “Sendo uma ciência voltada para o homem, relativamente a seus modos de consecução dos meios de sobrevivência e de progresso, a Geografia é por isso uma ciência social” (Moreira, 1980, p. 268).

14. A este respeito, Moreira, 1980.

A corrente da Geografia Nova procura, através desta Geografia Social, elaborar discursos e teses que retirem o enfoque “naturalista” das relações sociais, conferindo e incluindo nelas caracteres de ordem político-ideológicos, por exemplo, anteriormente dispensados a priori.

Intensas discussões se deram no âmbito acadêmico da Geografia. Por extensão, a *região* também passa a ser interpretada pelo viés dessa fonte inspiradora: o materialismo histórico-dialético. Procurava-se compreendê-la por meio de uma visão crítica que entendesse as formas espaciais e os seus processos históricos constituintes, seus embates, acordos e desacordos.

A região passa a ser interpretada não como uma parte que, ao relacionar-se com outras, assumiria sua identidade e que, pela somatória, por suposto, chegaria ao todo. Passa a ser compreendida sim como uma manifestação diferenciada, que só pode ser desenleada na relação dialética em que o “todo é a parte e a parte é o todo” (Fernandes, 1991). Vez que é a parte continente e conteúdo do movimento e dos traços das contradições do todo.

A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações sociais de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo assim estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente.

Eis aqui um avanço em relação às formas com que vinha sendo tratada a questão regional. E é exatamente sob essa perspectiva que procuraremos contribuir, a seguir, para a conceitualização do que constitui no momento atual a região.

Para isso, utilizaremos a concepção reinante (político-administrativa) de “região” de Presidente Prudente e, a partir daí, buscaremos contrapor-nos a ela.

Mas, antes de um olhar mais atento a este ponto, talvez seja interessante aqui um modesto sinalizar para as novas concepções que vem se pondo no horizonte desta ciência e que certamente trarão novos indicativos que hoje, mais do que nunca, se mostram indispensáveis para quaisquer análises sobre as sociedades e as suas formas regionais. Referimo-nos à maior inter-relação atualmente existente, propiciada pela interconexão e interdependência dantes nunca vista, a partir do aparato técnico-científico-informacional, entre as dimensões do lugar e da região, com o ingrediente “novo” da rede – fato que também leva à necessidade de revisão da questão de escala.

Aliás, segundo Moreira (1995), a intensificação do poder da rede ligou lugares e estes, pelo adensamento das relações entre os homens e ganho de espessura do tecido social, com as novas dimensões técnico-informacionais criadas, estabeleceram uma nodosidade e uma hierarquia funcional que modificaram aquela “autonomia” e aquele isolacionismo classicamente tão observáveis nos estudos de Geografia, porque não necessariamente tende a ser a continuidade territorial ou a proximidade os elementos ativos no intercâmbio dos fluxos entre os lugares, com a conseqüente reorganização das regiões propiciada pelos novos sistemas viários e de comunicações. Daí que sua classificação

“naturalista” e de certa forma “isolacionista”, porque desmerecedora da real força dos embates humanos, isenta deste tipo de relação, tende a se mostrar cada vez mais frágil teoricamente.

Mas fizemos este lembrete para demonstrar a relacionalidade entre estas dimensões do real, relacionalidade que deve ser transplantada ao universo teórico, entre os próprios conceitos que buscam explicitar o real, o que significa dizer que, mesmo que talvez tenha diminuído o papel ou a posição da região ante o de lugar e de rede, no mundo contemporâneo, entretanto, de forma alguma perde ela sua explicitação empírica e, por conseguinte, sua validade para o teorizar.

Feitas estas observações, nos arremessemos sobre a realidade empírica já anteriormente anunciada, com vistas a um exercício de fundamental importância para as ciências, em particular para a Geografia.

“Região” de Presidente Prudente. “Região” de que(m)?

É mais que sabido que a definição de “região” imperante no Brasil se encontra fundada a partir de suas características “físicas”, como topografia, vegetação, formação geológica, tipos de climas, entre outras. Classificação que desdobra de uma concepção originalmente francesa, que a entendia como sendo a unidade e a integração de várias espécies vivas, sobressaindo desta combinação uma característica predominante.

O Oeste paulista, mais especificamente os arrabaldes da porção territorial circunvizinhos ao município de Presidente Prudente, responde pela denominação de “região” de Presidente Prudente, a 10ª região deste Estado.

Por apresentar características geológica (formação caiuí e bauru), morfológica (com solos geralmente planos e de suaves ondulações), vegetativa (floresta tropical semidecídua), climática (quente e seco) e pluviométrica (distribuição irregular das chuvas durante o ano) com traços “semelhantes”, foi enquadrada como uma “região” político-administrativa, de limites extremamente rígidos estabelecidos a partir principalmente de rios como o Aguapeí (ao Norte), o Paraná (a oeste), o Paranapanema (ao sul) e limites político-territoriais em seu sentido leste.

Com funções mormente administrativas (governamentais) fixou-se essa classificação. Resta saber, agora, quais características, além dessas expostas (de administração político-econômica e presença de um padrão morfo-climático-vegetativo) guarda essa porção Oeste do território paulista. Ou, em outros termos, o que ou *quem* atualmente *rege* e dá conformidade a esse território; pois se, conforme exposto a partir de Moreira (1993), região vem de *regere* (dirigir, governar, reger), resta saber *quem* ou *o que* está a exercer essa função nos dias atuais.

Consideraremos, pois, seus elementos como não sendo classificatórios meramente em caracteres político-administrativo e climático-territorial, mas essencialmente as simi-

laridades socioeconômico-político-ideológicas ditadas por agentes e interesses sociais privados, haja vista que entendemos que é por esse viés que deve ser estabelecida uma leitura que se pretenda crítica numa sociedade segmentada em classes sociais e que se reproduz desigualmente porque fundada com vistas à manutenção das diferenças sociais.

Apresenta esta “região” uma estrutura fundiária concentrada e, em grande parte, inutilizada, comandada por “coronéis” ou administradores que perpetuam esse caráter, cujas raízes históricas remontam à sua própria ocupação. Não há, no entanto, uma sobrevalorização especulativa dessas áreas, já que se encontram à parte ou, de certa forma, à margem, digamos, da rede econômico-produtiva em âmbito estadual, com atividades e ramos ligados, essencialmente, ao setor de serviços e comércio, já que, na atualidade, as “facilidades” em relação à circulação dos produtos são grandes – se comparada a épocas pretéritas –, vez que a expansão viária, dos transportes (aéreos etc.) permitem que os produtos elaborados em alguns “poucos” pontos do território nacional escoem e abasteçam o mercado interno como um todo, possibilitando, pois, um conseqüente e paralelo barateamento dos produtos – além é claro de haver outras dimensões que aqui não nos propomos a aprofundar, dado os limites deste texto, e que podem influenciar, hora ou outra, na determinação dos preços dos produtos, como oscilações no mercado, na política econômica internacional, afetamento dos salários, a questão do monopólio (na distribuição ou circulação) etc.

Se a especulação das terras nesta “região” se faz um grande negócio, certamente isto ocorre mais nas áreas urbanas do que nas do meio rural. São bastante comuns as práticas de certos políticos que, eleitos com a ajuda de aliados empresariais, levam a cabo obras, avenidas ou melhorias com vistas à valorização de determinadas terras, com o conseqüente aquecimento do mercado imobiliário e especulativo.

A “região” de Presidente Prudente aparenta ser mais uma grande área que tem como seu epicentro econômico, ou área *core*, a cidade de Presidente Prudente, que, dessa forma, se torna por excelência o seu núcleo econômico. Atuando essencialmente como se fora um entreposto ou armazém a fornecer à população regional os produtos fabricados em outros locais e que, por meio desta, se fazem escoar pela capacidade da compra em atacado dos agentes comerciais e – guardadas as margens de seus ganhos – disponibilização a menores custos do que os que os adquirem a varejo. Predominando, assim, o setor terciário e de serviços (médico-hospitalares, educacional, etc.), fortemente oligopolizado por alguns grupos econômicos de agentes da própria região ou de raio de atuação estadual/nacional que nesta vieram a se instalar.

Estas são as características gerais, ao nosso ver, que *regem* e ou movimentam não apenas a economia como a vida regional. Quanto à economia, é esta erigida e movimentada sem qualquer tipo de alterações na estrutura fundiária (latifúndios ociosos e/ou criação e desenvolvimento de práticas agropecuárias extensivas e sem grande retorno econômico); o que significa dizer que se o padrão de acumulação e de produção, em certa medida, modificou-se em âmbito nacional, nesta permaneceu quase que intacto, ou pouco se alterou, pois as rédeas de comando (*regência*) permaneceram nas mãos dos mesmos agentes

e ou de novos que mantiveram a mesma política econômica, impedindo ou fechando a região às alterações que pudessem vir a modificar a estrutura de poder historicamente estabelecida e, com isto, seu *status* e sua posição na hierarquia do poder nesta estrutura.

A esse respeito, nos diz Oliveira que:

“O ‘fechamento’ de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação ou, mais claramente, as relações de produção. E nessa reprodução obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção” (Oliveira, 1985, p. 31).

Neste ponto, concordamos com Oliveira, por acreditarmos também só se poder realizar uma conceitualização e uma classificação da *região* a partir dos referenciais político-econômicos que lhe dão substância, haja vista que, no mundo contemporâneo, marcado por aceleradas transformações organizativo-territoriais, é o trabalho humano o seu elemento propulsor; trabalho, por sua vez, submetido a uma lógica capitalista, marginalizadora e *regionalizante* (entenda-se expansivo-dominante). Sinaliza o autor que o “atraso” é providencial, para certas classes sociais que se beneficiam da conjuntura regional e de sua inserção no quadro político-econômico nacional e, por que não, por vezes até internacional.

Neste ponto, a “região” de Presidente Prudente parece ser a obra esculpida por estes agentes tradicionais que atravancam o surgimento de “novas” tendências (padrões de acumulação) ou, de outra parte e/ou ao mesmo tempo, ser a expressão de um desinteresse de agentes de outros ramos e ou lugares que não veriam razão para afrontar esta estrutura político-econômica, para se colher “poucos” benefícios.

Com uma postura teórica semelhante à do Oliveira – sob certos aspectos e em relação a este assunto de que tratamos, enfatizamos –, Lipietz diz que tal classificação deve ser realizada a partir do entendimento do:

“desenvolvimento espacial das estruturas sociais (econômicas, políticas, ideológicas), a *diferenciação dos espaços concretos* (regionais ou nacionais) deve ser abordada a partir da *articulação das estruturas sociais* e dos espaços que elas engendram. Estes espaços diferenciados só podem ser definidos a partir de uma análise concreta das estruturas sociais que lhes conferem uma individualidade; quanto às próprias diferenças (e às relações inter-regionais), elas devem ser apreendidas a partir de diferenças nos tipos de dominância e nos modos de articulação entre os modos de produção. As relações inter-regionais são, antes de mais nada, relações sociais” (Lipietz, 1988, p. 33-4).

Eis aí um ponto importante do qual os geógrafos, acreditamos, nunca deveriam retirar os seus pés, por mais variados que sejam os seus pontos de vista: ver a unidade na

diversidade a partir do solo social, em todas as escalas possíveis. Uma das chaves seria então o modo de produção e a escala de atuação e/ou infiltração.

Por isto, entendemos como Smith, que as regiões “não são mais necessariamente entidades subnacionais, mas sim produtos diretos do mercado mundial e do sistema de produção” (1988, p. 12).

Considerações finais

Pelo até aqui exposto, acreditamos que qualquer análise que se proponha a estudar uma certa organização social e a realizar um exercício teórico-conceitual deva, *a priori*, estar pautada em seu processo histórico-social de constituição. O que está por exigir um *ir e vir* do sujeito cognoscente entre a dinâmica da realidade e sua concreticidade empírica, e o entendimento teórico desse concreto erigido: o “concreto pensado” (Marx, 1982).

Acreditamos, assim, estar contribuindo não apenas para o entendimento da Geografia e de um de seus conceitos basilares: a região – que fora transformada ao longo do tempo empiricamente no mundo exterior e subjetivamente pelo entendimento do sujeito-pesquisador –, mas simultaneamente buscando compreender a realidade dessa “região”.

Entendemos, entretanto, ao contrário das correntes anteriores, que é a sociedade de classes o que lhe dá significado e não apenas e tão-somente as condições “naturais”, não-humanas.

O que significa asseverar, ao nosso ver, que os elementos principais que caracterizam a *região* são os homens, por meio da organização dos espaços regionais pelo modo e pelas relações sociais de produção estabelecidas e/ou (contra)insurgentes.

Creemos também que estas marcas regionais não apenas revelam as contradições espaciais presentes na sociedade como abrem a perspectiva de sua superação histórica.

Se é necessário o esforço para se conceituar o real, mais importante é que este conhecimento teórico-conceitual possa ser revertido ao próprio real, em prol do coletivo social.

Bibliografia

- BAUAB, F. P. *O organicismo da natureza dos “Quadros”*: um ensaio sobre alguns vínculos teóricos que alicerçaram os *Quadros da Natureza*, de Alexander von Humboldt, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- CORRÊA, R. L. Da “Nova” Geografia à “Geografia Nova”. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, 1980.
- _____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.
- FERNANDES, B. M. O todo é a parte e a parte é o todo. *Revista de Geografia*, São Paulo, n. 10, p. 31-8, 1991.
- FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

- GONÇALVES, C. W. P. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et. al. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Hucitec, s/d, p. 309-333.
- _____. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 55, p. 5-30, 1988.
- _____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. Geografia e desenvolvimento sustentável. *Revista Terra Livre*, n. 11-12. São Paulo, p. 9-76, 1996.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HUMBOLDT, A. *Quadros da natureza*. São Paulo: Brasileira, 1957.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LA BLACHE, V. *Princípios de Geografia Humana*. 2ª ed. Tradução e Prefácio de Fernandes Martins, Lisboa: Cosmos, 1954.
- LACOSTE, Y. A. *Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1997.
- LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril, 1982.
- _____. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- _____. & _____. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A. (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 7-41.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, R. Geografia e práxis: algumas questões. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, n. 4, 1980.
- _____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. *Revista Território Livre*, São Paulo, n. 1, p. 3-24, 1989.
- _____. O círculo e a espiral: *a crise paradigmática do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do Autor), 1993.
- _____. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). *Ciência Geográfica*, Bauru, n. 6, 1995.
- OLIVEIRA, A. U. É possível uma Geografia “libertadora” ou seria necessário partirmos para uma práxis transformadora? *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, n. 4, 1980.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RATZEL, F. Textos de Friedrich Ratzel. In: Moraes, A. C. R. (org.). *Ratzel*, São Paulo: Ática, 1990 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 59).
- RIBAS, A. D. et. al. Marxismo e Geografia: paisagem e espaço geográfico – uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n. 21, p. 103-124, 1999.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n. 18, p. 5-17, 1996.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

RESUMEN

Las múltiples concepciones del significado de *región* se han transmutado tanto a lo largo del tiempo y han sido tan variadas, en ocasiones contradictorias en su formulación, que muchos autores contemporáneos han llegado a afirmar que esta perdería un *estatus* científico en la comprensión de lo real: o bien, tal descrédito tendría su fundamento en la propia complejidad del tejido social que, global, alteraría pretenciosamente sus características, su existencia en el mundo hodierno, por no asemejarse en nada a lo que hasta entonces, históricamente, se concebía. Nuestro propósito es el de acentuar más este debate, reforzando la perspectiva iniciada por varios autores, consistente en entender la especificidad de este concepto en las nuevas modelaciones propias del mundo actual, a través de las relaciones sociales de producción que imprimen las marcas esenciales de este nuevo (re)ordenamiento del hombre con su medio (técnico-científico-informacional).

PALABRAS-CLAVE

Región – Geografía – ideología – poder – capitalismo.

ABSTRACT

The multiple conceptions of the *region* meaning have been transmuted so much along the time and they have been so varied, sometimes contradictory in their formulation, that many contemporary authors have ended up affirming that it would lose a scientific *status* in the understanding of the real: or such a discredit would have its foundation in the own complexity of the social configuration that, global, it would alter its characteristics importantly, its existence in the present time, for not resembling each other to anything until then historically conceived. To accentuate more this debate is our purpose, reinforcing the perspective begun by several authors, consistent in understanding the specificity of this concept in the new forms characteristic of the present world, through the social relationships of production, that print the essential marks of this new man's (re)order with his means (technician-scientific-informational).

KEY WORDS

Region – Geography – ideology – power – capitalism.

Recebido para publicação em 1º de junho de 2001.

